

Assistência à Saúde é principal ponto de impasse para firmar ACT dos empregados da Conab

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Conab com seus empregados não avançam há quatro anos. O ACT 2017/2018 já está em sua 33ª prorrogação. Um dos principais pontos de impasse gira em torno do Sistema de Assistência à Saúde (SAS). Fenadsef, Asnab e Fisenge divulgaram um informativo conjunto à categoria relatando o movimento inesperado da direção da Conab que no último dia 6 de abril comunicou, sem maiores detalhes, a contratação por parte da companhia do plano da Geap.

Além de passar por cima de um processo de negociações em curso, a empresa atropela um direito adquirido dos empregados. Vale destacar que o principal argumento usado pela empresa para alteração do plano de saúde caiu por terra com a derrubada, no Congresso Nacional, da Resolução CGPAR nº

23, de 2018. A resolução foi considerada inconstitucional por restringir indevidamente o direito dos empregados à saúde e violar direitos adquiridos dos trabalhadores à manutenção das condições do contrato de trabalho.

Em choque

A Conab já havia apresentado intenção de aderir ao plano da Casembrapa, mas o próprio plano perdeu o interesse de receber os empregados da Conab em seu rol de assistidos. Mesmo ainda sem muitas informações, empregados da Conab têm realizado simulações de adesão ao plano da Geap. Mas ao se deparar com a mensalidade gerada, uma grande parte dos trabalhadores está entrando em estado de choque.

Sem o desconto do SAS a maioria não conseguirá manter o plano. A mensalidade da Geap será paga via boleto e pode ultrapassar

30% do salário de muitos empregados. Frente a uma mudança tão importante na vida dos trabalhadores, a direção da empresa não pode encaminhar e discutir esse tema da forma como vem conduzindo.

Participe das assembleias

Por isso, as entidades representativas dos empregados da Conab convocam a categoria a participar das assembleias por local de trabalho que serão feitas para que se organizem e mobilizem em torno da defesa do SAS. Os empregados cobram mais respeito e transparência em torno de temas tão importantes como a assistência à saúde e a reestruturação da Conab.

Por uma Assistência à Saúde acessível e inclusiva!

**Reajuste das perdas inflacionárias em nossos salários 19,99%!
Não à destruição da Conab!**

Fonte: Condsef

Análise: Sindicato para quê?

Fonte: Jornal O Imparcial

RONALDO LIMA DOS SANTOS

Procurador Regional do Trabalho e coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical

Num mundo cada vez mais complexo, de uma sociedade de consumo, individualizada e dominada pela velocidade das informações, muitos se questionam sobre o papel das entidades sindicais. A ideia do que hoje se compreende por sindicato é fruto de um processo histórico de organização dos trabalhadores para a conquista de direitos e melhoria das suas condições de vida.

Praticamente todos os direitos trabalhistas e sociais, como limitação da jornada de trabalho, 13º salário, férias, descanso semanal remunerado, adicionais salariais — hora-extra, noturno, insalubridade, periculosidade e aposentadoria —, foram fruto de uma longa e histórica luta da organização coletiva dos trabalhadores, principalmente por

meio das entidades sindicais. Se muitos direitos trabalhistas estão previstos hoje em lei é porque foram conquistados pela classe trabalhadora organizada e somente após reconhecidos pelo Estado. Ainda que garantidos em lei, os sindicatos continuam a exercer importante papel na luta contra a redução ou a retirada dos direitos sociais, perante os empregadores ou contra as políticas governamentais que visam a sua eliminação, muitas vezes ocultas por nomes como “flexibilização” ou “modernização” das leis trabalhistas. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), por exemplo, com o discurso de modernização e criação de empregos, promoveu a precarização da situação dos trabalhadores. Pesquisas recentes demonstram que aproximadamente 70% dos trabalhadores ainda desconhecem que, com exceção do salário mínimo, um aumento salarial não decorre de política de governo, mas sim de negociação direta entre o sindicato e

o empregador. Ou seja, sem a intervenção do sindicato, raramente se tem uma reposição da inflação ou um aumento salarial. Por força dos trabalhadores organizados, muitas categorias possuem um salário mínimo diferenciado, o piso salarial. Alguns pisos, por exemplo, chegam ao patamar de mais de três vezes o valor do salário mínimo nacional. Determinadas verbas trabalhistas, como participação nos lucros e resultados, dependem de negociação coletiva e de sua previsão em um acordo ou convenção coletiva para que possam ser pagas pelos empregadores (Lei nº 10.101/2000).

Não bastassem essas conquistas, muitas entidades sindicais oferecem serviços de saúde, odontológico, cursos de qualificação, assistência jurídica, colônias de férias, entre outros serviços sociais aos trabalhadores. Sindicato para quê? Para dar voz, lutar e negociar por você. Valorize o seu sindicato, pois, sem ele, o negociado pode ser você.

67% dos brasileiros apoiam intervenção na Petrobras para baixar preços da gasolina

A maioria dos brasileiros (67%) é favorável a uma intervenção do governo de Jair Bolsonaro (PL) na Petrobras para baixar os preços da gasolina, reajustados com base na cotação do dólar em um país com uma moeda cada vez mais desvalorizada.

Apenas 26% dos brasileiros é contra a intervenção ou mudança da política da estatal petrolífera. Outros 7% não souberam ou não quiseram responder à pergunta.

Os dados são da pesquisa PoderData, divulgada nesta terça-feira (3). Segundo a pesquisa, entre os mais pobres, que ganham até 2 salários mínimos, e são mais afetados com os mega-reajustes, 77% apoiam uma possível intervenção ou uma mudança na política adotada pela Petrobras, em 2016. Entre os mais ricos (com mais de 5 salários) o apoio é de 58%.

Mesmo entre os que avaliam Bolsonaro como “ótimo” ou “bom”, 63% são favoráveis à interferência do governo no preço da gasolina. No segmento que avalia o governo como “ruim” ou “péssimo”, o percentual sobe para 73%.

Escalada de preços

Os constantes reajustes dos combustíveis vêm impactando cada vez mais a inflação - prévia

da inflação de abril foi a maior para o mês desde 1995 - desde que, sob o comando do ilegítimo Michel Temer (MDB), a Petrobras adotou a Política de Paridade Internacional (PPI), que segue os reajustes dos barris de petróleo e a cotação do dólar. Este ano, colocando a culpa na guerra da Rússia contra a Ucrânia, a estatal determinou um mega-reajuste de preços nos combustíveis, em março. Mas a culpa não é da guerra, é da PPI. A prova disso é que a gasolina brasileira é a segunda mais cara entre os maiores produtores de petróleo.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que faz uma pesquisa semanal de preços, na semana passada a média cobrada pelo litro de gasolina no país foi de R\$ 7,27 o litro, mas em São Paulo tem posto de gasolina cobrando mais de R\$ 8. Já o preço do diesel S10 é o 2º maior da história: R\$ 6,73.

De abril do ano passado a abril deste ano, os preços da gasolina subiram 30,12%, do diesel 52,53%, do etanol 30,55%, e o do gás de cozinha 32,45%. Tem estados onde o botijão de 13 quilos custa R\$ 160.

Escrito por: Redação CUT



NOTA DE FALECIMENTO

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro **Lucimar Martins Magalhães**, aposentado da Funasa, que faleceu nesta segunda-feira (02), em Imperatriz/MA.

A entidade se solidariza à família e aos amigos pela enorme perda.



A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA A REFORMA Já!